

Programa Escola Viva: antecipação da reforma do Ensino Médio?

Este trabalho busca compreender a regulamentação da reforma do Ensino Médio na política educacional do estado do Espírito Santo, destacando a implementação do programa escola de turno único “Escola Viva” como uma inovação proposta pela Secretaria de Estado da Educação. O programa Escola Viva foca o aluno como protagonista do seu processo de aprendizado a partir das suas escolhas, do seu projeto de vida, promovendo inovações pedagógicas e de gestão, voltado ao desenvolvimento de competências para o século XXI. Em seu percurso metodológico adotou-se os princípios da pesquisa qualitativa tendo como referencial investigativo o materialismo histórico dialético, e a análise dos pressupostos legais, a Lei da Reforma do Ensino nº 13.415/2017 e a Lei Estadual Complementar nº 799/2015. Este estudo evidencia que a Reforma do Ensino Médio, com suas propostas de mudanças e precarização do ensino médio brasileiro, já estava se materializando em alguns estados com a implantação de políticas educacionais que não garantem o direito a educação e o acesso a esta etapa de ensino a todos os jovens. O trabalho conclui que o Programa Escola Viva, representa uma escalada rumo à consolidação do “Novo Ensino Médio”.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma. Ensino Médio. Programa Escola Viva.

INTRODUÇÃO

Este estudo é parte de uma pesquisa de Mestrado que investiga o processo de antecipação da Reforma do Ensino Médio, aprovada por meio da Lei nº 13.415/2017, encaminhada ao Congresso Nacional via Medida Provisória nº 746, propondo sérias mudanças nesta etapa da educação. Tanto a MP e posteriormente sua conversão na lei provocaram uma série de manifestações contrárias entre os vários segmentos sociais e educacionais. O governo justificava a necessidade da reforma argumentando que o Ensino Médio não cumpria seu papel social estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96, além da necessidade de práticas pedagógicas inovadoras e de um currículo que favorecesse um diálogo dos jovens com o setor produtivo, oferecendo uma formação qualificada para impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Não por acaso, os apoiadores da reforma foram os empresários, representados pelo Sistema S, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna entre outros, que acabaram sendo os principais defensores da proposta.

No estado do Espírito Santo, as propostas de mudanças na política educacional da rede estadual de ensino seguiram um caminho parecido com o cenário nacional. Desde sua campanha eleitoral (2014) o atual governador Paulo Hartung já anunciava o projeto “Escola Viva”. Um projeto polêmico e contraditório que despertou desde o início resistências na sociedade, na comunidade educacional e até em alguns políticos. Mesmo sem um debate

com a sociedade e desconsiderando os movimentos de resistências, é instituído o “Programa Escola Viva”, através da Lei Complementar nº 799/2015, estabelecendo o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, com o objetivo de planejar, executar e avaliar um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e da qualidade do ensino médio na rede pública do Estado. O Programa tem como um de seus gestores a ONG empresarial Espírito Santo em Ação, sendo dirigido pela entidade de caráter privado Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

No estudo das normatizações, tanto da Reforma do Ensino Médio quanto do Programa Escola Viva, é possível perceber uma correlação de forças e as disputas que se colocam para além do campo educacional, perpassadas pelo econômico e pelo social. As políticas educacionais no Brasil sempre foram influenciadas pelo capitalismo, e neste momento de crise o capital procura se reinventar para garantir sua manutenção e para isso são implementadas reformas. E neste cenário de crise se tornou urgente reformar o ensino médio, como forma de atender aos interesses de mercado, desconsiderando o papel humano e social da educação, olhando para os jovens como estoque de mão de obra (GONÇALVES, 2017).

Desse modo, compreender o contexto político, econômico, social e suas relações, é relevante para captar o desenvolvimento e desdobramentos da reforma do ensino médio, tanto nacional como local. É neste espaço dialético que se definem suas intenções, contradições e as diferentes práticas resultantes das ações empregadas por cada um dos sujeitos envolvidos. De um lado um projeto educacional, que deveria garantir aos jovens o direito a uma educação de qualidade, de outro os interesses mercadológicos orientados pelo capital, pleiteando uma educação flexível¹, no tempo escolar, na organização curricular e na formação dos estudantes.

Faz-se necessário uma busca dos elementos (onde, quem, como, por quê) que explicitam essas relações e resultam na elaboração de políticas educacionais.

¹ O termo flexível utilizado como desregulamentação, precarização e instabilidade, permitindo exclusão e desigualdade social. Flexibilizar uma política pode ser falta de consenso sobre ela. (KRAWCZYK)

Nessa busca, a hipótese que surge é a de que a implantação da escola em tempo integral na rede pública do Estado do Espírito Santo antecipou a Reforma do Ensino Médio em nível nacional. Houve um processo de reconfiguração do Ensino Médio? Que relações se estabeleceram a partir da configuração no estado com a política nacional?

Analisar como essas políticas se movimentam, se articularam, identificando suas características comuns, bem como os embates e disputas que ganharam evidência no período, é um desafio para ampliar a compreensão sobre os limites, possibilidades e avanços entre ambas as legislações.

A busca por apreender este movimento em sua formação e intencionalidades, nos fez perceber a que a compreensão dialética dos fatos é o ponto de partida para a pesquisa, dada a necessidade de compreender sua totalidade.

METODOLOGIA

Para fundamentar este estudo se propõe o método materialista histórico e dialético, por ser um enfoque teórico que pode contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa numa perspectiva crítica.

“É sem dúvida, necessário, distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima.” (Marx, 1988 p.26.).

Uma das contribuições dessa concepção teórica é uma visão crítica da realidade, suas relações e contradições, particularidades e detalhes reconhecendo que esses elementos fazem parte de um todo estruturado e dialético, contribuindo para investigar a política educacional na sua totalidade.

Esta opção teórica se justifica por compreender que o modo de produção capitalista continua produzindo desigualdades sociais e econômicas, e mais do que nunca se faz necessária uma análise crítica dessa realidade e sua transformação, compreendendo os condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais desse processo.

Entendemos que a contribuição do marxismo para a pesquisa de política educacional deve ser considerada a partir do nível de compreensão geral, do qual a educação é integrante, para o conhecimento da totalidade social,

Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1976 p.35-36).

Trazer essas contribuições para a compreensão da política educacional no movimento da contradição dialética na sua totalidade pressupõe trazer ao diálogo a história do ensino médio que é marcado pela dualidade estrutural.

A perspectiva da totalidade é fundamental para se captar a dialética do real na forma de um conhecimento que, só assim, poderia ser considerado científico, exigindo entender o processo histórico de construção.

Ciavatta (2001), ao discorrer sobre a totalidade social pela ação dos sujeitos sociais alerta para o fato de que a compreensão de totalidade esbarra em algumas distorções:

Uma é a aproximação semântica com o totalitarismo de esquerda ou de direita, evocado justamente, como um cerceamento absoluto à dignidade humana. Outra dificuldade é a compreensão equivocada de que a totalidade tem o sentido de tudo, o que inviabiliza um processo sério de conhecimento. No sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem (Ciavatta, 2001, p.132).

A utilização de totalidade na pesquisa contribui para o entendimento que a realidade é uma totalidade concreta, que no movimento da contradição dialética essa totalidade é formada por um conjunto de fatos que se constituem de diversas partes, que não é a soma das partes, mas que se relacionam entre si.

A análise documental nos possibilitou perceber as relações em questão e segundo Gil (1991), a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens como procedimento de coleta, destacando o fato dos documentos se constituírem como uma rica e estável fonte de dados. No entanto, Marconi e Lakatos (2002) alertam que nesse tipo de investigação o pesquisador deve considerar o contexto sócio-político em que os documentos foram elaborados.

Shiroma, Campos e Garcia (2011) ratificam que na análise dos documentos que sustentam uma política educacional, é necessário compreender as disputas e como as mesmas marcam a produção documental. Tal produção se constitui de intencionalidades políticas e, nessa perspectiva, algumas considerações desses pesquisadores foram norteadoras na análise dos documentos sobre as políticas educacionais para o ensino médio, pois:

1) Os documentos de políticas contém ambiguidades, contradições e omissões que fornecem oportunidades particulares para debates no processo de sua implementação; 2) os textos precisam ser lidos com e contra outros, ou seja, compreendidos em sua articulação ou confronto com outros textos; 3) o uso constante da retórica e a atribuição de diferentes significados e sentidos aos “termos-chave” (Bowe; Ball; Gold, 1992); 4) a intertextualidade é uma dimensão constituinte dos textos da reforma educativa, uma vez que os discursos sobre educação vêm sendo colonizados por significados originários de outras formas. (SHIROMA, CAMPOS, GARCIA, 2011, p 224)

Com essas informações, é preciso avançar na análise e relacionar os elementos constituintes com os interpretativos teóricos, para apreender os nexos e as contradições na investigação para chegarmos à compreensão do real.

RESULTADOS

A atualidade do tema nos impõe limites sobre o presente estudo que ainda não nos permitem aprofundar as transformações e impactos trazidos pela Reforma do Ensino Médio. Este estudo nos leva a duas constatações: o primeiro é que o programa Escola Viva, faz parte de um conjunto de políticas semelhante à proposta pelo governo federal, com participação da iniciativa privada e desconsiderando a participação social. O segundo é que diante do destaque em nível nacional do Estado, durante a crise econômica, a lei da reforma possui correspondências com o programa estadual, desde sua condução até os elementos que compõe a legislação.

Assim, em ambos os casos se afirma a necessidade de mudanças na oferta do ensino médio, livrando a educação pública do fracasso pelo qual passava. No entanto, é preciso compreender, que a reforma proposta não esta embasada na busca de uma educação de qualidade, mas alicerçada nos interesses mercadológicos ocultos na formação dos jovens e na manutenção de uma

educação que consolide e delimite claramente as classes sociais existentes no país.

REFERÊNCIAS

CIAVATTA, Maria. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In. Frigotto, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). Teoria e Educação no labirinto do capital. Petrópolis: Vozes, 2001.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Escola Viva**. Disponível em: <http://sedu.es.gov.br/escola-viva>>. Acesso em: 10 setembro de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991

GONÇALVES, S.R.V. **Interesses mercadológicos**. E o “novo” ensino médio. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.11, n 20, p.131-145, jan/jun. 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, K e ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Em apêndice: a significação do manifesto comunista na sociologia e na economia, por J.A SCHUMPETER, Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1988.